

## Ações Afirmativas e posicionalidades: de quem é essa luta?

*Affirmative Actions and Positionalities: whose struggle is this?*

*Acciones afirmativas y posicionalidades: ¿de quién es esta lucha?*

Wanderson Flor do Nascimento  
ORCID: 0000-0002-3250-3476

### Resumo

Esta conferência foi proferida pelo filósofo negro Wanderson flor do nascimento no V Negras Antropologias, evento organizado pelo Coletivo Zora Hurston. A destacar o contexto de véspera do ano de revisão da lei federal que instituiu a política de cotas no Brasil, Wanderson chama atenção para o fato de que este processo de revisão se dará sob um governo que sempre se mostrou contrário às políticas de ações afirmativas. Resgatando os diferentes momentos históricos em que as discussões acerca das políticas de ações afirmativas foram mobilizadas pelo debate racial no Brasil, também recorda os impactos do discurso acerca de uma suposta democracia racial e como há uma atualização do racismo e do próprio discurso na operacionalização de uma luta contrária às cotas. Ainda, chama a atenção para os dados que indicam uma maioria de estudantes negros e negras nas universidades públicas estarem sendo forjados por fraudes e aponta para importância da luta histórica do Movimento Negro pela autodeclaração, mas também alerta para o fato de que esta, sozinha, pode representar um risco para as próprias ações afirmativas. Todo esse contexto pode gerar a falsa impressão de que as cotas já cumpriram o seu papel e por isso já podem ser superadas.

**Palavras-Chave:** Negras Antropologias; Raça; Posicionalidade; Autodeclaração.

### Abstract

This lecture was given by the black philosopher Sanderson flor do nascimento at V Negras Antropologias, an event organized by the Zora Hurston Collective. Highlighting the context of the year before the review of the federal law that instituted the quota policy in Brazil, Wanderson draws attention to the fact that this review process will take place under a government that has always been against affirmative action policies. Recalling the different historical moments in which discussions about affirmative action policies were mobilized by the racial debate in Brazil, Wanderson recalls the impacts of the discourse about a supposed racial democracy and how there is an update of racism and of the discourse itself in the operationalization of a fight backwards. It also draws attention to the data that indicate a majority of black and black students in public universities are being forged by fraud. It points out the importance of the Black Movement's historical struggle for self-declaration, but also alerts to the fact that this, alone, can represent a risk for affirmative actions themselves. All this context can generate the false impression that quotas have already fulfilled their role and therefore can already be overcome.

**Key Words:** Black Anthropologies; Breed; Positionality; self-declaration

## Resumen

Esta conferencia fue impartida por el filósofo negro Wanderson flor do nascimento en V Negras Antropologias, evento organizado por el Colectivo Zora Hurston. Destacando el contexto del año anterior a la revisión de la ley federal que instituyó la política de cuotas en Brasil, Wanderson llama la atención sobre el hecho de que este proceso de revisión se llevará a cabo bajo un gobierno que siempre ha estado en contra de las políticas de acción afirmativa. Rescatando los diferentes momentos históricos en que las discusiones sobre políticas de acción afirmativa fueron movilizadas por el debate racial en Brasil, Wanderson recuerda los impactos del discurso sobre una supuesta democracia racial y cómo hay una actualización del racismo y del propio discurso en la operacionalización de una lucha al revés. También llama la atención sobre los datos que indican que la mayoría de los estudiantes negros y negros en las universidades públicas están siendo falsificados por fraude. Señala la importancia de la lucha histórica del Movimiento Negro por la Autodeclaración, pero también alerta sobre el hecho de que esto, por sí solo, puede representar un riesgo para las propias acciones afirmativas. Todo este contexto puede generar la falsa impresión de que las cuotas ya han cumplido su función y por tanto ya pueden ser superadas.

**Palabras Clave:** Antropologías Negras; Raza; posicionalidad; autodeclaración

Boa tarde a cada uma, a cada um. É uma alegria estar aqui com vocês. Quero agradecer imensamente ao Coletivo Zora Hurston pelo convite e felicitar o acontecimento dessa quinta edição do “Negras Antropologias”. O tema chega num momento muito importante e urgente para todas as pessoas que, de alguma maneira, têm se mobilizado na luta antirracista deste país, exatamente também por uma das observações que a Ana Clara fez no início da nossa conversa, que é o fato de estarmos nas vésperas de completarmos dez anos da lei federal que implementou as cotas de escola pública, que tem um recorte racial. Bastante diferente das cotas que vinham acontecendo, por exemplo, na UnB (Universidade de Brasília), desde 2003, mas que representaram, em certa medida, uma ampliação da quantidade de pessoas negras na universi-

dade. É uma lei de 2012<sup>1</sup> e que tem uma avaliação programada para acontecer no ano de 2022, sob este governo, o que é algo bastante preocupante, porque é um governo que, desde sempre, se mostrou contrário às políticas de ações afirmativas de uma maneira geral.

Dentre um conjunto muito vasto de estratégias de políticas de ações afirmativas, as cotas raciais foram aquelas que tomaram mais vulto e que mobilizou mais debate entre nós. Talvez por isso, também, seja um alvo preferencial do enfrentamento da luta antirracista, quando percebemos as possibilidades de transformação que essas lutas trazem para nós. Uma coisa muito importante que eu queria partilhar com vocês na tarde de hoje, nessa véspera de avaliação, é que a gente sequer sabe direito como isso vai acontecer. A lei federal foi uma demanda do

1. Lei nº 12.711/2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso em: 05 jul. 2022.

executivo, mas por outro lado, foi o próprio legislativo que assentou essa lei, então, de alguma maneira, deveria ser avaliada pelo executivo juntamente com o legislativo. É isso que nos preocupa, porque nós temos não só um Governo Federal e a instância do executivo contrários às políticas de ações afirmativas, mas também porque na história recente desse país havia muito tempo que não tínhamos um legislativo tão reacionário. Esse é um ponto importante para que nos mobilizemos, seja dentro da universidade, na produção de estudos, seja fora dela, com mobilização dos movimentos sociais para encararmos esse cenário que nos aguarda com a revisão da lei.

Para isso, precisamos pensar exatamente no que as ações afirmativas mobilizaram através das cotas raciais nos termos das discussões raciais no Brasil. Nós tivemos alguns momentos históricos em que o debate racial foi mais intensificado, pensando do ponto de vista da política pública ou do debate público fora dos movimentos sociais, especialmente do movimento negro e do movimento indígena. Nós temos alguns momentos particulares da nossa história mais recente, um deles são os movimentos em torno dos Cem Anos da Abolição da Escravatura, em que se mobilizou uma série de debates que acabaram colocando em suspenso o próprio evento da abolição como algo que tenha, de algum modo, representado algo de produtivo para luta antirracista no país.

Outra coisa muito importante foi a Conferência de Durban, em 2001, com o Estado brasileiro assumindo pela primeira vez, do ponto de vista de um governante e da fala do chefe do executivo, que o Brasil, de fato, é um país racista, coincidindo, inclusive, com aquela anedótica pesquisa que perguntava para as pessoas se o Brasil era racista e as pessoas diziam: “sim, o Brasil é racista”, e em seguida perguntavam para essas mesmas pessoas: “você é racista?”, e

elas respondiam: “Não, eu não sou racista”.

Isso nos apresentou a imagem de que o Brasil é uma terra racista, sem pessoas racistas. Então isso cria um certo ruído que reverbera em torno de uma roupagem que vem se transformando ao longo do tempo, daquilo que se chamou de Lusotropicalismo, que no caso específico das relações raciais brasileiras tomou a cara da harmonia racial, o discurso que, mais na frente, foi chamado de mito da democracia racial.

Não obstante, o debate trazido pela pesquisa da UNESCO, na década de 1950, mostrando que isso era efetivamente mítico, que não se sustentava na realidade material das pesquisas, sejam elas de cunho econômico, sociológico, educacional, de acesso a emprego, renda e serviços: nada disso autorizava pensar o Brasil como esse ponto fora da curva racial no mundo, como um país da harmonia racial. O ponto fundamental é que quando esses discursos vão se reeditando, mostra para nós como é que o racismo também se reedita, e vice-versa. O racismo e o discurso sobre a harmonia racial, no nosso país, foram faces do mesmo processo.

Chegamos, portanto, a um momento em que esse discurso toma a forma de um certo tensionamento em torno da noção de posicionalidade, seja a posicionalidade de quem pesquisa sobre essas relações, seja a posicionalidade dos sujeitos destinatários das políticas de ação afirmativa. A forma mais comum de fazer notar as mudanças no campo dessa pesquisa hoje é que, se até o início dos anos 2000 – quando as políticas de ações afirmativas, na forma das cotas raciais, tomam um corpo – a pergunta sobre quem é negro no Brasil era respondida: “pergunta para a polícia que ela vai saber responder”, hoje, a pergunta “quem é negro no Brasil” será respondida muitas vezes por aquelas pessoas que reivindicarão o direito ao uso das cotas raciais nas universidades e no serviço público.

Isso tem colocado em questão uma

série de problemas vinculados com as fraudes nas cotas. No caso da Universidade de Brasília, há pelo menos três anos e meio, temos dados de pesquisas que mostram que a maioria da população estudantil é formada de pretos e pardos: é o que dizem os dados. Na minha experiência não é isso que eu verifico em sala de aula, muito menos nos corredores – e sou um professor que trabalha com relações raciais, ensino filosofias africanas, trabalho com teorias interseccionais, de modo que recebo nas minhas turmas sempre um contingente muito grande de estudantes negros e negras e ainda assim eu não consigo ver essa maioria, mesmo nas turmas dedicadas a esses temas que são caros aos movimentos sociais negros.

Isso indica para nós que esses dados, de uma maioria negra de pretos e pardos, pretas e pardas na universidade estão sendo forjados por fraudes. Houve um processo que se arrastou entre 2017 e 2020 que desligou um conjunto de estudantes da Universidade de Brasília, e tal fato tem acontecido em vários lugares do país também, em virtude desse montante de fraudes e da dificuldade em avaliar, criar critérios, exatamente porque entramos em uma espécie de crise da posicionalidade racial. Se antes você tinha que perguntar para a polícia quem era negra – a polícia não teria nenhum tipo de dificuldade em responder –, hoje todo mundo quer ser negro porque há uma “vantagem” em ser negro para o processo de ações afirmativas através das cotas, para logo em seguida assumir os discursos racistas.

Um dos casos famosos foi o de uma pessoa, desligada por fraude no processo de cotas, um estudante que durante uma manifestação foi para as redes sociais reclamar que um coletivo de estudantes negros e negras da UnB estava atrapalhando seus estudos, ao ocuparem o Bloco de Salas de Aula Sul por estudantes negros, em um protesto em função da defesa de utilização de um espaço. Com isso, um estudante branco,

de olhos azuis, agrediu verbalmente os estudantes e as estudantes que estavam na manifestação de maneira muito arrogante. Isso chamou a atenção dos estudantes que descobriram que esse sujeito entrou na UnB por cotas para negros. Assim, ele foi uma das pessoas desligadas, e isso tem acontecido com uma certa frequência.

O grande problema é que: como não há uma necessidade, uma obrigação de que as pessoas se identifiquem como cotistas após se maticularem na universidade, muitas pessoas podem ter fraudado as cotas e nós não sabemos quem são. Na carteirinha, nas chamadas, em lugar nenhum público tem essa identificação, inclusive porque nem toda pessoa negra precisa necessariamente ser cotista. Isso gera um excesso de dificuldade de identificação, se é que isso seria necessário.

Até pouco tempo atrás, várias dessas pessoas que hoje reivindicam a identidade negra, não estavam nesse lugar. Então, nós temos um problema severo, que é uma dificuldade imensa: a lei de 2012 estabeleceu como único critério para o acesso à concorrência através da reserva de vagas, a autodeclaração. A autodeclaração foi uma velha luta dos movimentos sociais negros em torno da afirmação da identidade negra, em um país em que ser negro era uma peste, uma maldição. A ideia era que as pessoas pudessem reivindicar para si um lugar de negras e negros. Isso foi um uma luta muito importante e se apostou nisso durante muito tempo, e continua apostando que as pessoas possam se posicionar ou “se assumirem” negras.

O ponto é que isso tinha um peso antes da criação das políticas de ações afirmativas e outro agora. Hoje, a autodeclaração, quando utilizada de maneira exclusiva, tem se mostrado um risco inclusive para essas próprias políticas. Por quê? Porque inclusive uma das coisas que já tem reverberado nos discursos públicos, dessas

peças que foram contrárias às políticas afirmativas, é de que as cotas cumpriram o seu papel, de que já trouxeram a maioria da população estudantil para o lugar dessa multi-racialidade, de modo que já se tem uma maioria negra, formada de pardos e pretos, com mais indígenas do que nós tínhamos antes. Então, para essas pessoas, já teríamos cumprido a função das cotas e talvez não precisaríamos mais delas. É importante lembrar que não há uma necessidade de que elas continuem, após essa avaliação, sendo que a avaliação do próximo ano pode decidir, inclusive, pelo encerramento das cotas.

Basta ver o que aconteceu na avaliação dos dez anos das cotas da UnB, em 2014. Ou seja, a primeira turma entrou em 2004 e em 2014 aconteceu a avaliação dos dez anos da política que estavam previstos. As cotas na UnB eram exclusivamente raciais; não tinham corte vinculado com a realização do ensino médio nas escolas públicas; só tinham como requisito que as pessoas fossem negras e identificadas, no primeiro momento, pelas fotografias. Depois, começaram a acontecer as bancas de verificação, em função da famosa confusão das fotografias dos irmãos gêmeos<sup>2</sup>, para saber se as pessoas faziam jus ou não a usar o sistema de cotas. Essas cotas funcionaram entre 2004 até 2014, propostas em 2003, com vinte por cento das vagas reservadas.

Durante esta avaliação, já havia o sistema que previa cinquenta por cento das vagas destinadas a estudantes de escola pública, repartidas racialmente de acordo com a proporcionalidade racial de cada estado – no caso do Distrito Federal, cerca de cinquenta e um por cento da população, à época do censo de dois mil e dez, eram

peças pretas ou pardas. Assim, no nosso caso, os cinquenta e um por cento dessas vagas reservadas às escolas públicas deveriam ser divididas por pessoas pretas e pardas, e ainda divididas em faixas de renda, todas elas estudando em escolas públicas, algumas de alta renda e outras de baixa renda.

A grande questão é que quando a lei federal apareceu, em 2012, e a UnB fez a avaliação em 2014, é que esses sistemas viessem a se sobreporem e nós teríamos na Universidade de Brasília uma quantidade gigantesca de pessoas negras, e isso parecia uma ameaça. Então, para balancear, reduziu-se a quantidade de cotas para negros e negras, de vinte para oito por cento, e essas cotas continuam existindo até hoje, reservando vagas para pessoas que não precisam necessariamente ter sido estudantes de escola pública para concorrerem a essas cotas. Só que como nessa época também o critério para as cotas raciais da lei de 2012 não incluía nenhuma verificação por bancas, também as retiraram para essas outras cotas que continuam existindo.

A UnB, hoje, tem dois tipos de cotas raciais: as cotas de preto, pardos e indígenas (PPI) no interior das cotas da lei de 2012, e a cota para negras e negros, que é aquela que surgiu em 2003, que funciona até hoje, não mais com vinte, mas com oito por cento de vagas reservadas. Pois bem, só que agora sem nenhum tipo de verificação.

Então, começaram as denúncias de fraudes, muitas delas mobilizadas por coletivos antirracistas, porque como o único critério da lei é a autodeclaração, não se diz como essa autodeclaração deveria ser verificada. O grande problema é que nem sempre conseguimos saber se essas pessoas são ou

2. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL43786-5604,00-COTAS+NA+UNB+GEMEO+IDENTICO+E+BARRADO.html>. Acesso em: 05 jul. 2022.

não fraudadoras, já que não há acesso universitário à sua autodeclaração, a não ser durante os processos da homologação das vagas como cotistas, por exemplo, pra depois vir todo o restante do processo seletivo, seja no PAS (Programa de Avaliação Seriada), seja no vestibular, no SISU (Sistema de Seleção Unificada). Tudo isso aparece depois. Com as antigas bancas, se o candidato não tivesse sua autodeclaração homologada, ele concorreria pelo sistema universal. Então, há primeiro a homologação, e esse sujeito pode ou não concorrer pelas cotas, e aí não há como verificar, na sistemática atualmente adotada. No processo de investigação concluído em 2020, não apenas ocorreu o desligamento de estudantes com o cancelamento de suas matrículas, como se cassaram diplomas de pessoas que já tinham se formado.

Esse é um problema grave, porque começa a introduzir a necessidade de volta das bancas de heteroverificação. Retorna um discurso de quem é preto, de quem é pardo no nosso país. A figura do pardo, da pessoa parda, cria uma série de problemas, e não tem nada de novo, isso é um velho problema do discurso da harmonia racial. Inclusive, a mestiçagem e a figura da pessoa parda foram utilizadas durante muito tempo em discurso de autores como o próprio Gilberto Freyre para mostrar que a mestiçagem havia criado uma parcela da população harmoniosamente conectada, sendo a figura da pessoa parda, da pessoa mestiça, uma prova disso, de maneira que não haveria conflitos raciais. Essa figura chega hoje com uma nova roupagem.

A questão da heteroverificação começa a aparecer para o discurso contra as cotas, de novo, como aquele discurso que foi encampado pelo ministro Gilmar Mendes, pela teórica e advogada Roberta Kauffman, da ideia do tribunal racial, como se fossem as políticas de ações afirmativas que estivessem dividindo as pessoas em raça, quando a experiência cotidiana provocasse essa

divisão.

Esse é um ponto fundamental, uma vez que esse discurso está sendo revisitado, reafirmado para combater as bancas de heteroverificação, que têm se mostrado cada vez mais necessárias, mas sempre armadilhas. Uma armadilha, pois a figura do pardo está longe de ser uma figura tranquila, sobretudo diante de discursos coloristas que temos importado dos Estados Unidos para nossa realidade, o que tem trazido uma série de problemas muito severos, como a denúncia de estudantes que não são brancos nem de longe, que seriam muito facilmente barrados pela polícia, ali também denunciados por não serem o “preto ideal”, e sabe-se lá o que seria isso.

O ponto fundamental é que agora temos a necessidade dessas comissões de heteroverificação, que conseguimos fazer funcionar para a seleção da pós-graduação, mas não conseguimos para a graduação, ainda, que é onde tem a maior quantidade de fraudes nas cotas. Não podemos perder de vista que temos dois cenários: o primeiro, a própria fraude nas cotas aparece como uma dessas roupagens novas da democracia racial e, portanto, do racismo. Pela primeira vez na história as pessoas estão aqui reivindicando a identidade negra para se beneficiarem de políticas de ações afirmativas, e depois que se beneficiou, volta para a posição racista original.

Por outro lado, como segundo cenário, que isso aconteça nas vésperas da avaliação da Política de Cotas parte de um volume gigantesco desses números de pessoas que chegam a usar as cotas raciais ser através de fraude, só que essas pessoas continuam contando como números e informam as estatísticas para mostrar que a universidade hoje é majoritariamente negra, formada de pessoas pretas e pardas. Isso pode levar exatamente à própria crise dessa política de cotas na avaliação em 2022. É muito importante que a gente tenha esse

debate acontecendo nas Ciências Sociais, porque nelas se expressou o protagonismo de autoras e autores como Yvonne Maggie, antropóloga; Demétrio Magnoli, sociólogo; Peter Fry, também antropólogo. Pessoas que, dentro da área das Ciências Sociais mobilizaram um discurso contra as cotas raciais e continuam com seus seguidores.

Embora não sejam, nem de longe, majoritários, isso pouco importa dentro da produção do conhecimento. Não importa que tenham dez Kabengele Munanga para uma Yvonne Maggie, haverá validade na utilização desses discursos para as argumentações contrárias a essas políticas. Se faz necessário todo o volume – e é importante que aumentemos – de pesquisadoras e pesquisadores negros na Antropologia, na Sociologia, para fortalecer o debate a favor das cotas raciais. E por isso é tão relevante, por exemplo, que tenhamos um grupo dentro da ABA (Associação Brasileira de Antropologia) discutindo relações raciais e por antropólogas e antropólogos negros. Isso é absolutamente necessário.

Mas pensar, também, que há uma mobilização dentro das Ciências Sociais dessas posturas ainda reacionárias, ainda contrárias, de figuras tanto da Sociologia como da Antropologia para serem utilizadas, como foram no julgamento da ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) contra as cotas da UnB movida pelo DEM<sup>3</sup>. É uma mobilização do discurso desses e dessas intelectuais, só que agora com uma realidade diferente. Nós temos números hoje que apontam para uma quantidade maior de pessoas negras, nessa nova realidade da posicionalidade. Por isso temos que pensar que posicionalidade é essa, se perguntar, por fim, de quem é essa luta?

Tal discurso democrático que sustentamos até agora parece que não tem dado muito certo, porque vemos que a democracia se presta a muitas coisas. Precisamos defender a democracia, mas não dá para apostar todas as fichas em que ela vá “nos salvar”. Essa luta é coletiva; é uma luta nossa, mas temos inimigos de muitos matizes agora.

Esse é um ponto importante – e com isso eu vou encaminhando para o final da minha fala – para que possamos pensar qual papel que vocês, jovens pesquisadoras e pesquisadores da Antropologia, pesquisadoras e pesquisadores negros, sobretudo, mas não só. De um lado, que possamos mediar o modo como esses debates têm circulado de alguma maneira na deslegitimação dessa estrutura, no caso específico de fornecer elementos para tal debate. De outro, poderemos enfrentar a difícil, mas, enfim, nada nova, tarefa de discutir a mestiçagem, sobretudo em função do papel da pessoa parda, que é a pedra de toque que tem levado ao mesmo tempo à ampliação gigantesca da presença da fraude nas cotas e que tem chamado atenção da necessidade das bancas de heteroverificação.

Na minha posição, é muito difícil, mas eu não estou nem um pouco interessado em saber quem são as pessoas pretas e pardas, eu estou interessado em saber quem são as pessoas fraudadoras. É muito diferente! A gente consegue identificar com muito mais tranquilidade quem é uma pessoa fraudadora do que ficar fazendo discussões coloristas sobre a identidade racial do pardo. Eu não quero saber quem é, qual a identidade da pessoa, que nem é uma identidade que necessariamente vá passar por um debate racial, porque essas pessoas nunca precisaram fazer nenhuma demanda racial sobre

3. O Democratas (DEM) foi um partido político brasileiro de centro-direita que se fundiu com o Partido Social Liberal (PSL) para formar o União Brasil (UNIÃO), conforme decidido em convenção por ambos em 6 de outubro de 2021.

sua posição. A posicionalidade dela nunca esteve em questão. É aqui que precisamos apostar as nossas fichas e identificar quem são as pessoas fraudadoras, e isso é um problema gravíssimo para esse contexto da criação desse cenário da avaliação política das cotas raciais em 2022. Acho que essa é uma das questões mais importantes da nossa luta hoje, uma luta coletiva e nossa, ou de qualquer pessoa comprometida com uma universidade mais plural, que tem que pensar no debate de como essas armadilhas que foram colocadas para o caminho das ações afirmativas nos trouxeram até aqui. Por isso, parabênzo, mais uma vez, a escolha do tema e fico bastante feliz em poder dialogar com vocês. Agradeço!